

O mercado de trabalho mudou e a economia não é a mesma das últimas décadas. O vínculo empregatício regido pela CLT está se transformando rapidamente para dar lugar ao trabalho mais flexível, menos vinculativo. Para acompanhar as mudanças, a Abrapp e todo o sistema de Previdência Complementar Fechada estão mobilizados para propor novos desenhos de produtos e planos. Neste momento, os esforços estão concentrados no impulso aos novos fundos setoriais e a ampliação do acesso aos planos para parentes de participantes até o 3º grau.

“A Abrapp está trilhando o caminho correto, para ampliar a abrangência dos planos para uma parcela maior da população. Para isso, está levando em conta a nova realidade do mercado de trabalho”, diz Evandro Oliveira (foto), Diretor de Previdência da Willis Towers Watson. O especialista explica que o modelo de plano patrocinado já teve sua fase de crescimento nas décadas de 80 e 90, mas que já não se adapta ao mercado atual, que privilegia relações de trabalho mais flexíveis. “O sistema e as autoridades precisam abrir novas portas e uma delas, sem dúvida, são os fundos setoriais”, aponta Oliveira.

Para o Diretor Geral da Mercer Gama, Antônio Gazzoni, o mercado atual e sobretudo as empresas já sinalizaram que o caminho de crescimento não se dará pelos planos patrocinados. “As empresas não querem sair do foco de seus negócios principais. Porém, muitas estão dispostas a aderir aos planos setoriais, nos quais não incidem os riscos das entidades patrocinadas”, diz Gazzoni (foto abaixo).

Público triplicado - Somado aos fundos setoriais, a ampliação dos planos para parentes de até 3º grau, seria capaz de gerar uma retomada do crescimento do sistema. “Acredito que o público alvo triplicaria de tamanho com as duas propostas”, prevê o Diretor Geral da Mercer Gama.

Ele dá o exemplo de uma federação de indústrias, com quem a Mercer vem conversando, que tem público potencial de 700 mil trabalhadores. Se cada um deles trouxer mais um parente direto e outro de 3º grau, o público potencial, neste caso, triplicaria para 2,1 milhões de pessoas. “Não tem sentido limitar a extensão do parentesco. Vai na contramão de estimular o crescimento da Previdência Complementar e da poupança interna”, defende Gazzoni.

Novos públicos - A solução para retomar o fomento do sistema fechado é buscar novos públicos. “Já tínhamos o entendimento que os fundos setoriais, desde o ano passado, tinham regulamentação suficiente para serem criados”, diz José Roberto Ferreira, Sócio-Diretor da Rodarte Nogueira e Ferreira e Ex-Diretor Superintendente da Previc (foto à dir.). Ele se refere à [**Instrução Normativa 29/2016**](#), que entrou em vigor enquanto ele ainda estava no comando da autarquia.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), porém, tem parecer contrário à aprovação de um novo fundo setorial proposto pela própria Abrapp. Por isso, a associação tem demandado a inclusão do tema na pauta das reuniões do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) para que se estabeleça uma regulamentação mais específica. As duas propostas, porém, não entraram na [**pauta**](#) da próxima reunião do Conselho, prevista para quarta (13), bem como a ampliação do grau de parentesco.

Apesar disso, o sistema continua mobilizado para superar as dificuldades e avançar nas propostas. “Continuamos acreditando nas mudanças, é possível viabilizar sua aprovação ainda em 2017”, reforça o Sócio-Diretor da Rodarte Nogueira e Ferreira.

“É necessário alterar a norma atual, para que fique explícita a autorização para a adesão até o terceiro grau de parentesco de participante. Isso ajudaria bastante a tornar o sistema mais amplo, o mais aberto possível. Será uma superação de paradigma”, defende Ferreira. Com isso, ele acredita que a Previdência Fechada conseguirá saltar dos atuais 2,5 milhões de participantes, que representam 3% da População Economicamente Ativa (PEA) para mais de 5%. “Com uma conta

simples, se cada um dos atuais participantes trouxer mais um, o sistema dobra de tamanho em pouco tempo”, prevê Ferreira.

O Diretor Presidente do Sindapp Jarbas Antônio de Biagi também reforça a urgência para a regulamentação de novos desenhos de entidades e planos. “São temas que precisam de disciplinamento pelo CNPC. Já estamos caminhando para o final do ano e algumas normas fundamentais ainda carecem de regulamentação”, diz.

PGA por Entidade - O Diretor Presidente da Abrapp Luís Ricardo Marcondes Martins reforça a continuidade das ações para a regulamentação das duas propostas. “São temas fundamentais para o sistema. Já deveriam ter entrado na pauta do CNPC”, disse. Uma das propostas dos representantes da sociedade civil que entrou na pauta da próxima reunião é o Plano de Gestão administrativa (PGA) por entidade. “O PGA por entidade é um tema bastante debatido e maduro, que vai na direção da simplificação e do fomento”, comenta Martins.

“A proposta do PGA por entidade viabiliza as estratégias de negócios, pois disponibiliza recursos para prospecção de novos planos, campanhas de adesão e outras iniciativas importantes para o crescimento da entidade”, explica José Roberto Ferreira.

O Diretor Presidente da Abrapp acredita que o sistema vai retomar o crescimento, basta para isso, que as autoridades disciplinem algumas propostas das demandadas pelo sistema. “Temos um grande potencial de crescimento. Temos estudos que mostram que o sistema pode passar de 2,5 milhões de participantes para 15 milhões em um curto prazo”, diz Martins.

Fonte: Abrapp Acontece, em 12.09.2017.